



A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS QUE FICAM FORA DOS CIRCUITOS DE TROCA CAPITALISTA NO BRASIL

Magda Núcia Albuquerque Dias¹

RESUMO

A discussão acerca da trajetória dos que ficam fora dos circuitos de troca capitalista no Brasil implica em resgatar sua relação construída historicamente com o Estado, cujo legado traz a marca de um passado indelével que os acompanha continuamente. Objetiva-se assim, demonstrar a falta de autonomia destas massas em fazer valer seus interesses face à sujeição histórica ao Estado, situação que as obstou de propor um projeto que lhes inserissem enquanto partícipes da vida social burguesa ou de construir formas de socialização para além da forma capital.

Palavras-chave: massas, Estado paternalista, desemprego.

ABSTRACT

The discussion about the trajectory from that they stay out of the circuits of capitalist exchanges in Brazil implies in to rescue its relation built historically with the State, whose legacy brings the mark of a indestructible past that follow them continually. Focusing thus, to demonstrate the lack of autonomy of those masses in making worth their interests through the historical submission to the State, situation that abstained them of proposing a project that input them while participants of the bourgeois social life or of constructing manners of socialization further of the capital form.

Key words: masses, Paternalist State, unemployment.

¹ Estudante de Pós Graduação. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mnad10621@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

As análises que se propõem discutir sobre o lugar das massas nos desdobramentos sócio-históricos concernentes à sociedade brasileira, sobretudo no seu processo de formação nacional, desvelam a sua relação com o Estado ao tempo em que caracterizam a sua posição nesta estrutura social. Recuperar a sua trajetória histórica é recuperar também o lugar que coube ao Brasil no sistema capitalista mundial, assim se compreende porque as massas não alcançaram a tão propalada emancipação política burguesa. As massas são os pré-cidadãos, aqueles que não têm ocupação ou vivem na informalidade, ou seja, os marginais e os trabalhadores informais (Santos 1995), é composta por negros e brancos, dominados pela ideologia da meritocracia imposta pelo Estado, uma rale que sobra na estrutura social (Souza 2009).

Para a persecução de nosso objetivo, se impõem as seguintes questões: quais as relações mantidas pelas massas com o Estado que sobremaneira definiu o seu lugar na estrutura social? Que implicações tem este legado para o cenário político e conseqüentemente para a possibilidade de virem a construir um projeto societário para além do que está posto historicamente?

A recuperação da trajetória dos que ficam fora das relações de troca capitalista, parece ser fundamental para o debate acerca da construção de formas societárias mais justas, particularmente para o Brasil, um país em que as desigualdades sociais são históricas e cada vez mais cresce o número de desempregados no país. Desse modo, acredita-se na contribuição do presente trabalho pela tentativa de compreensão dos motivos pelos quais um número tão grande de pessoas que sobram nesta estrutura social esteve, historicamente, tão fortemente atrelada ao Estado.

2 O LUGAR DAS MASSAS NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

2.1 Sem lugar na estrutura social



O lugar de Colônia de uma Metrópole europeia em decadência foi o que coube ao Brasil nos seus três primeiros séculos de existência, tempo marcado por um único objetivo, o de produzir bens primários para o consumo das sociedades capitalistas na Europa. Ao longo do processo de exploração do Brasil, a Coroa portuguesa une-se aos interesses da burguesia nacional que vincula-se ao aparelho do Estado com influência sobre o desempenho de suas funções e garante seu favoritismo e seu enriquecimento, logo, o Estado se configura pela ligação intrínseca entre interesses privados e interesses particulares (PRADOJÚNIOR, 1976, 2004). Tal situação demarcará a cultura política do país em que revoluções serão feitas pelo alto, pelas elites, sem que as massas possam incorporar seus interesses na agenda política do Estado (COUTINHO, 2008).

O modo de produção escravista que, inicialmente, aqui se instala demarca as relações sociais subjugando sobretudo os negros à condição de produtores de mercadoria, estes, a despeito da condição desumana em que viviam, mantinham uma relação mais íntima com o tipo branco, ocupavam portanto um lugar na estrutura social. Numa sociedade em que a sua funcionalidade guardava dependência do trabalho escravo, e as relações de dominação dar-se-iam negando o seu caráter humano, o que esperar, então, do trato com os que estavam fora das relações de produção? Diante da barbárie que tomava conta das relações sociais, a caridade, a subserviência à aceitação de qualquer atividade laboral, fora da ligação entre senhor e escravo, era o que restava às massas supérfluas que, ao contrário dos negros, formavam um corpo inorgânico que sobravam sem ocupação nesta estrutura social, por conseguinte, foram absorvidas pelo crime e pela vadiagem (PRADO JÚNIOR, 1976).

A possibilidade de libertação das massas, neste momento inicial, seria por meio de um projeto emancipatório que considerasse os seus interesses, conforme estava em curso nas sociedades de capitalismo central. Projeto este norteado pelo ideário iluminista que, embora não vislumbrasse o protagonismo das massas, estas se fizeram presentes e foram fundamentais, puderam inserir-se enquanto consumidoras e assim fortalecerem a sua importância, foram funcionais ao sistema, resistência que lhes assegurou por muito tempo a garantia dos seus direitos. No Brasil, pelo contrário, não havia a presença do sujeito histórico revolucionário, negador do passado escravocrata, desse modo, seria



inviável romper com o seu passado quando do processo de formação nacional. Devido ao baixo nível material e cultural de existência das massas, assim, inseri-las no processo posterior como a independência seria algo impensável para esta sociedade, marcada pelo esgarçamento das relações sociais, cujo sentido era meramente mercantil. Como poderia esta sociedade se autonomizar diante da Metrópole com o apoio das massas? (MENEGAT, 2011).

A característica inorgânica da sociedade brasileira, portanto, é incompatível com as teorias iluministas que nortearam o processo de emancipação das massas nos países centrais, o capitalismo no país não completara o seu ciclo produção e consumo, assim, o Centro não seria um modelo a ser copiado. As análises, desse modo, deveriam perscrutar o comportamento das massas como resposta à sua passividade diante da tarefa histórica imposta: a independência. (MENEGAT, 2011). A intelectualidade brasileira que, porventura, poderia ter se desenvolvido e se aproximado da realidade, das estruturas sociais desiguais que deram forma a esta sociedade esteve, por longos séculos, atrelada à classe dominante e restrita a homens livres que vivenciaram uma Europa em efervescência e, apesar de trazerem para o país tais ideias, o ambiente era inadequado para que outras propostas de vida social florescessem (HOLANDA, 1995).

O comportamento das massas no Brasil se caracteriza por ser reativo, ou seja, um comportamento que apenas responde a estímulos vindos de fora, que se caracteriza pela falta de autonomia, com este perfil não teriam condições de alimentar um ódio de classe que lhes impulsionassem a reagir diante da violência sentida, ao mesmo tempo em que construiriam um outro modo de vida comum. É essa massa reativa que se depara diante de uma tarefa histórica e não consegue protagonizá-la pela sua incapacidade de criação coletiva. Pensar que o seu comportamento poderia ter sido diferente é desconhecer os processos nos quais ela se formara, a despeito das suas lutas, das suas resistências. A revolução não foi idealizada pelas massas considerando os seus interesses, não foi, portanto, uma questão de falta de teorias, mas da ausência de sujeitos revolucionários que pudessem, a partir deste corpo teórico, vindo de fora, as ideias iluministas, modificar o *status quo* destes grupos que são submetidos à barbárie que tanto caracteriza esta forma social regressiva (MENEGAT, 2011).



2.2 A inserção nos circuitos de troca capitalista

No início do século XIX, o Brasil ainda guarda as características de um período que o antecedeu, o trabalho livre não está totalmente organizado, o país continua subordinado às economias centrais e o mercado interno ainda não se consolidara (PRADO JÚNIOR, 2004). A existência do Brasil estava condicionada a submissão que mantinha com o Centro, é, portanto, nesta relação dialética com o sistema capitalista que a nação se forma, por conseguinte, negar o Centro era negar a sua função estruturante, a de ser Colônia, isto era impossível, sobremaneira, após a independência, a sociedade brasileira ainda guarda as características de seu processo de formação (MENEGAT, 2011).

A herança de uma sociedade eminentemente rural, com base no trabalho escravo, não rompe com esse legado arcaico e salta para uma vida balizada em valores modernos que se misturam e compõem, assim, a sua estrutura. A cultura herdada das relações escravocratas se perpetua na vida social e política, como se pode asseverar pela democracia que nos coube. Um país de analfabetos e uma burguesia conservadora limitava a disseminação de propostas ou de projetos que poderiam ter aberto possibilidades de democratizar os recursos e transcender a forma escravocrata que delimitou as relações entre os diferentes interesses em curso. Ressalta-se que, até então, a questão social ainda não se colocava para o Estado, era enquadrada como caso de polícia (SPOSATI, 1995), situação que vai se modificar somente a partir da década de 1930.

A intelectualidade brasileira só vai aproximar-se da vida social das massas com o movimento Modernista, quando é capaz de apreender os problemas sociais sentidos e enxergá-las, afinal estas já se faziam presentes, se tornaram um problema para a estrutura social. É, portanto, diante da crise das estruturas oligárquicas que ela pôde sensibilizar-se com o drama a que se submetiam grandes parcelas da população brasileira e assim expressar seus dilemas (CÂNDIDO, 1967). As massas, na década de 1930, começam a incomodar, posto que se avolumavam nos centros do país em



crescimento, devido à implantação do processo industrial e às péssimas condições de vida rural, a cidade surge como uma força política com grande poder de decisão.

Diante deste cenário social, o populismo é a solução encontrada pelo Estado para capturá-las e atender às suas demandas e, uma vez capturadas, representam os interesses de uma determinada classe que não é a sua. Se submetem a uma liderança política que na realidade atende a outros interesses, posto que agora são funcionais ao sistema, formarão o exército de reserva, imprescindíveis para a dinâmica do capital, assim não foi difícil serem absorvidas pela ideologia da meritocracia (WEFFORT,1980). Neste momento as massas começam a fazer parte da agenda do Estado, fato que marca a sua inserção na política nacional. Considerando esse aspecto, só para ressaltar, seu comportamento é similar ao da burguesia que, historicamente esteve atrelada ao Estado, outrossim, elas incorporaram a cultura política existente ao invés de negá-la, mantém com o Estado uma política de favores. A cobrança das massas frente ao Estado burguês, de certo modo, sinaliza a sua incapacidade de construção coletiva para além do que estava posto historicamente: a dependência dos diferentes interesses do Estado. Logo, por não desempenhar o seu papel histórico disputam com a burguesia conservadora, uma disputa injusta, pelos recursos existentes, por conseguinte, não conseguem, pela relação paternalista que passam a manter com o Estado, mudarem a sua posição, de fato, nesta estrutura social. Portanto, se fracassaram na tentativa de mudar os rumos das coisas poder-se-ia ainda caracterizá-las pela falta de autonomia e pelo comportamento reativo.

2.3 O que fazer com os que sobram na estrutura social?

O processo de industrialização, desde então, guarda dependência do capital financeiro internacional e ao Estado coube institucionalizar as regras do jogo, o faz controlando a classe trabalhadora, a exemplo a institucionalização do salário mínimo e a legalização das leis trabalhistas (OLIVEIRA, 2008). As massas, por estarem fora das relações de troca capitalista, irão depender tanto da dinâmica do mercado, quanto das benesses de um Estado que, de fato, nunca as inseriu num projeto social, vão vegetar à margem da sociedade e ficarem à mercê das intempéries econômicas e dos governos de



plantão, situação que tende a se agravar sobretudo a partir da década de 1970, expressivamente nos anos 1980, com as sucessivas crises que abalam o capitalismo e, particularmente, o problema do endividamento externo.

A estagnação econômica desde a década de 1970 sinaliza um processo cuja consequência é a inutilidade de um grande potencial de mão-de-obra, esta não interessa mais ao capital (KURZ, 2004). Desemprego, baixas taxas de crescimento formam um cenário incompatível inclusive com as conquistas históricas da classe trabalhadora, esta se depara agora com a desconstrução de seus direitos diante da consolidação do Estado neoliberal a partir da década de 1980. O discurso liberal no Brasil, por sua vez, é reforçado inclusive pela esquerda no país, a exemplo o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), portanto, quase um século de lutas que envolveu pactos está sendo desconstruído, é o nascimento do cidadão passivo, assiste-se à desarticulação da classe trabalhadora (ABREU, 2008). Tal situação consequentemente agrava ainda mais a posição das massas não só no Brasil, mas no mundo inteiro estas tomam conta das cidades, pondo em xeque o controle social e o Welfare-State nos países desenvolvidos, isto abala a sua relação com o Estado, desse modo fica difícil, portanto, a imposição da ideologia da meritocracia.

Diante da reformulação da relação do Estado com a classe trabalhadora, por consequência da crise do capital, o que resta às massas que a cada dia se avolumam no país? É diante deste quadro histórico que posteriormente, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, se esperava que tal relação fosse redefinida, afinal, um partido de esquerda, independente de suas alianças, chegava ao poder, não foi isto que ocorreu. As massas, a despeito da não sustentação do discurso meritocrático balizado nas competências individuais, não conseguiram romper com o seu passado histórico, ainda mantém com o Estado uma relação paternalista, talvez muito mais forte do que mantivera no passado, basta que se observe as políticas de transferência de renda implementadas no país desde 1995 e incorporadas na agenda de respostas do Partido dos Trabalhadores (PT), devido dentre outros, às condições econômicas em curso. O Bolsa Família desde a sua criação em 2003 momento em que o Estado, via Executivo, se aproxima ainda mais das massas, demonstra o alto grau de dependência destas para



com o Estado, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) neste ano de 2013, até o presente momento, o referido programa atendeu cerca de 13.800.000 (treze milhões e oitocentos mil) famílias em todo o país, ressalta-se o baixo valor do benefício que não supre a sua condição de carência. Essa situação reflete a relação histórica das massas com o Estado, reforça a sua dependência, sobretudo em momentos de baixo crescimento econômico, limitando conseqüentemente sua atuação no campo político. Observa-se que a relação paternalista permitiu um controle consentido do Estado a uma população que destituída de suas bases materiais de existência, busca apoio, neste momento, direto no Executivo, o que torna a inferência pertinente: as massas continuam reativas.

CONCLUSÃO

A trajetória dos que ficam fora das relações de troca capitalista, as massas, foi construída sem romper com um passado que remonta a escravidão, todavia, a despeito dos valores modernos que também deram forma à estrutura social brasileira, é o passado que se impõe e caracteriza a sua relação com o Estado.

Uma sociedade que se ergue pela submissão, pelo centralismo, pelo patriarcalismo, pela naturalização das desigualdades, pela subserviência, assim se caracteriza pela barbárie que ao longo de todo o processo vai se atualizando, a exemplo a forma como o Estado responde aos interesses das massas que, no primeiro momento, não cabem na estrutura escravocrata, no segundo momento são utilizadas como exército de reserva e no terceiro momento, sobram na estrutura capitalista. Aqui sempre se negou os preceitos de uma ordem democrática liberal, e se construiu com o Estado relações paternalistas mediada por política de favores, assim, o acesso à riqueza social construída historicamente é garantida para uma minoria. Arelada a um Estado paternalista, as massas mantiveram sua condição de passividade diante da consolidação da nação, o seu comportamento vai interferir negativamente na sua capacidade de organização posteriormente. Estas pessoas que vão crescendo à margem da sociedade definem um modo particular da relação política com uma burguesia conservadora, um Estado forte,



interventor, que sempre se coloca a serviço do capital. Esgota-se sobremaneira um projeto de modernidade, que ideologicamente, se vendeu às massas que historicamente, a despeito de suas resistências, violentamente foram destituídas da sua capacidade de inserção na vida burguesa que se caracteriza pela desigualdade e injustiça, situação que se agrava ainda a partir dos mais anos 1970 com a longa estagnação econômica.

Para o atual tempo histórico, reforça-se a importância do protagonismo das massas desde o processo de formação nacional, pela possibilidade que teriam, no decurso histórico, de inserção social ainda que circunscrita à forma capital. Destarte, poderiam, em um momento posterior, negarem também esta forma social burguesa e construir, coletivamente, uma nova forma de sociabilidade: o tempo presente urge por respostas.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG, Editora UFJF - PAZULIN, 2004.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. Marildo. [**Massas e emancipação política no Brasil**] Rio de Janeiro, 2011. Disciplina Tópico especial em teoria social: teoria Social brasileira. Palestra conferida em 22 de setembro, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 18 de Março de 2013.



OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WERFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.